

NOTA SOBRE SERVIDORES

Brasília, 02/06/2005 - Desde o início de 2003, o governo federal vem trabalhando na direção de valorizar o servidor público e fortalecer o Estado brasileiro visando atender melhor às demandas da sociedade por serviços públicos de qualidade, cabendo destacar:

- a criação de canal permanente de interlocução com as diversas entidades representativas dos servidores públicos, mediante a institucionalização da Mesa Nacional de Negociação Permanente;
- diminuição das discrepâncias remuneratórias identificadas no âmbito das carreiras e cargos da Administração Pública Federal;
- instituição e aprimoramento de gratificações destinadas a valorizar o desempenho e o resultado obtido pelo servidor;
- reorganização ou reestruturação de cargos, carreiras e tabelas remuneratórias e benefícios que garantiram ganhos aos servidores;
- substituição do quadro de servidores tercerizados no âmbito da administração pública por servidores permanentes; e
- fortalecimento de áreas estratégicas do Estado, com a realização de concurso para incorporação de novos servidores públicos.

A criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em fevereiro de 2003, teve a participação de 8 Ministros de Estado, evidenciando a importância dada ao diálogo e à negociação na resolução de potenciais conflitos, num processo claro de democratização das relações de trabalho no serviço público federal.

A partir da criação da Mesa foi inaugurado um processo permanente de negociações com os representantes das entidades sindicais das várias categorias do serviço público, seja em conjunto ou em separado, coordenado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Foram realizadas várias reuniões de negociação que culminaram na assinatura de Termos de Compromisso entre governo e representantes sindicais, com o objetivo de dar maior racionalidade à estrutura salarial de várias carreiras e categorias. Foram atendidas reivindicações históricas dos servidores.

Como resultado das negociações coletivas no setor público em 2003 e 2004, foram publicados 26 atos normativos – Leis ou Medidas Provisórias – que trataram da criação, estruturação ou reestruturação de cargos e carreiras.

Foram concluídas 58 negociações com as entidades sindicais que resultaram na estruturação ou reestruturação de 51 carreiras, reestruturação de 112 tabelas remuneratórias que no total beneficiaram 1.100 mil servidores, ou seja, a totalidade dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo.

Foram atendidas reivindicações históricas dos servidores como, por exemplo, a que culminou na sanção da lei em janeiro deste ano do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos das universidades federais reunidos na FASUBRA, que esperavam por isso há mais de 15 anos.

Como resultado das negociações, os reajustes variaram de 6,25% a mais de 100%. As principais bases para os reajustes em 2003 e 2004 buscaram beneficiar setores do funcionalismo que foram mais prejudicados nos últimos anos, como as categorias de menores salários sem descuidar da reestruturação das carreiras de Estado, como polícia federal, auditores, advogados da União, entre outros. Também foram estruturados os quadros de servidores das agências reguladoras e autorizados os primeiros concursos em 2004.

INSS

Nos dois primeiros anos do Governo Lula, os servidores do INSS tiveram reajustes que variaram de 46,53% para nível superior, 49,69% para nível intermediário e 61,28% para nível auxiliar, beneficiando o conjunto dos servidores do Instituto.

Além disso, o governo atendeu a reivindicação histórica da categoria que pleiteava para os servidores do órgão o repasse de 47,11% referente ao reajuste de janeiro de 1988, concedido ao conjunto dos servidores públicos federais através da Lei 7.686 e não repassado aos servidores do INSS.

Assim, além da reestruturação da carreira, os servidores do INSS vão receber até o segundo dia útil de junho, ou seja, na folha de pagamento de maio, a terceira parcela do repasse de 47,11%. A quarta e última parcela será paga em dezembro de 2005.

PASSIVOS

Foram pagos passivos antigos como a devolução do Plano de Seguridade Social – PSS pago sobre as funções comissionadas, as parcelas dos 28,86%, além da diferença dos 3,17% pagos aos servidores do Poder Legislativo e o reconhecimento de passivo antigo dos servidores do INSS, que remontou no pagamento de 47,11% sobre o salário base de novembro de 2003, pagos em quatro parcelas. Em dezembro de 2004, o governo federal pagou um montante de R\$100 milhões a título de exercícios anteriores, liquidando aproximadamente 80% dos processos existentes à época.

O conjunto de ações representou um investimento na folha de pagamentos da União de R\$ 3,9 bilhões em 2003, R\$ 10,4 bilhões em 2004 e prevê um acréscimo de R\$ 8,6 bilhões para o ano de 2005.

Empréstimo a juros diferenciados

Em janeiro de 2004, o governo federal fez um convênio com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para viabilização de empréstimos a juros diferenciados para os servidores públicos federais que já atingiram a soma de 234 mil operações, no valor de R\$ 726 milhões, só no Banco do Brasil.